

A estrutura argumental preferida no português oral e no português escrito

Juliano Desiderato Antonio* e Maria Regina Pante

Departamento de Letras, Universidade Estadual de Maringá, Av. Colombo, 5790, 87020-900, Maringá-Paraná, Brazil. *Author for correspondence.

RESUMO. O objetivo deste trabalho é verificar a existência de uma estrutura argumental preferida (EAP) no português oral e no português escrito, em um *corpus* composto por narrativas, dissertações e entrevistas. A EAP é um padrão de uso dos argumentos diretos do verbo (sujeito intransitivo - S, sujeito transitivo - A e objeto - O) amplamente utilizada pelos falantes, composta por restrições gramaticais (um argumento lexical por oração e A não-lexical) e pragmáticas (um argumento novo por oração e A não-novo).

Palavras-chave: estrutura argumental preferida, linguagem oral e linguagem escrita, fluxo de informação

ABSTRACT. Preferred argument structure in oral and written Portuguese. The existence of a preferred argument structure (PAS) in oral and written Portuguese in a corpus constituted by narratives, dissertations and interviews is examined in this study. PAS is a highly preferred pattern of using the verb direct arguments (intransitive subjects, transitive subject-A and object-O), which is constituted by grammatical (one lexical argument per clause and nonlexical A) and pragmatic (one new argument per clause and nonnew A) restrictions.

Key words: preferred argument, structure, oral and written language, information flow.

A estrutura argumental preferida (EAP) é uma configuração dos argumentos mais amplamente utilizada pelos falantes. Segundo Du Bois (1985, p. 349), “não é uma estrutura do discurso, mas uma preferência por uma estrutura sintática”. A EAP é composta por quatro restrições, duas de ordem gramatical (*evite mais de um argumento lexical por oração e A não lexical*) e duas de ordem pragmática (*evite mais de um argumento novo por oração e A não-novo*). A configuração dos argumentos do verbo na EAP é a seguinte: o sujeito intransitivo (S) e o objeto transitivo (O) são tratados de uma mesma maneira, ao passo que o sujeito transitivo (A) é tratado de forma diferente (Dixon, 1979).

Várias línguas já foram investigadas e apresentam essa configuração preferida dos argumentos. Podem-se citar como exemplos o sacapulteco, o francês, o espanhol, o inglês, o alemão, o hebraico, o quechua, o rama, o papago e o japonês (Ashby e Bentivoglio, 1993). Isso, para Du Bois (*ibid.*), é uma evidência a favor da universalidade da EAP. No português brasileiro, também já há vários estudos que comprovam a existência de uma EAP: Dutra (1987),

Neves (1994), Camacho (1996), Pezzati (1996). Deve-se notar, entretanto, que a grande maioria das pesquisas realizadas a respeito da EAP têm como objeto de estudo apenas a língua oral, seja na forma de conversação, seja na de narrativa. Salvo raras exceções, como, Brito (1996), a língua escrita tem sido deixada de lado nessas investigações, de forma que não se sabe se nessa modalidade a EAP se apresenta como na língua oral.

É com o intuito de responder a esse questionamento que se elabora este trabalho, em que são comparados os resultados obtidos em uma pesquisa com narrativas (produzidas nas modalidades de língua oral e escrita), entrevistas (modalidade oral) e dissertações (modalidade escrita).

Além do estudo da EAP, procura-se verificar quais as semelhanças e as diferenças entre os textos orais e os textos escritos que compõem o *corpus* da pesquisa. Dessa forma, este trabalho também procura contribuir para a caracterização das modalidades de língua oral e escrita.

Fundamentação Teórica

Fluxo de Informação. O estudo da estrutura argumental preferida se insere no paradigma funcional dos estudos da linguagem (Neves, 1994), que visa à análise da língua em uso. Tal análise não pode se restringir à descrição de formas lingüísticas, sem tomar como base as funções ou os propósitos assumidos por essas formas na comunicação humana. Nessa perspectiva, a descrição da gramática deve ser feita levando-se em conta parâmetros como aquisição e evolução, mudança e variação, cognição e comunicação, interação social e cultura, processamento mental.

Para a pesquisa da EAP, este último parâmetro, o processamento mental, é de fundamental importância, pois, foi com base em pesquisas de Chafe (1980, 1985, 1987, 1988, 1992, 1994) e Prince (1981, 1992) a respeito desse assunto que Du Bois (1987) demonstrou que o fluxo de informação ocasiona o aparecimento da EAP.

Segundo Chafe (1980), a fala espontânea é produzida não num fluxo contínuo, mas numa série de breves jorros que expressam a informação que está sendo focalizada pela consciência no momento da enunciação. Esses jorros são chamados por Chafe de *unidades de entoação*. A identificação dessas unidades é feita com base em três critérios:

- entoação: a maior parte das unidades termina com um contorno típico de final de oração;
- pausa: a separação entre as unidades é feita por uma breve pausa;
- sintaxe: há uma tendência para as unidades corresponderem a orações simples.

A ocorrência de pausas entre as unidades, segundo Chafe (1988), se deve ao esforço cognitivo despendido na mudança de estado de ativação da informação na mente do falante. Os estados de ativação da informação são três: *ativo*, *semi-ativo* ou *inativo* (1987). Chafe, no entanto, chama a atenção para o fato de que esses estados de ativação não se aplicam a toda a unidade de entoação, mas às idéias das pessoas com relação a objetos, eventos e propriedades, geralmente expressos por sintagmas nominais, sintagmas verbais e sintagmas adjetivos. Essas idéias são chamadas por ele de *conceitos*.

Um conceito *ativo*, segundo Chafe (1987), é o que está no foco de consciência do falante e que este julga estar também ativo para o ouvinte. Geralmente é verbalizado com pouca proeminência tônica e vem representado por pronominalização ou zero. Chafe chama um conceito ativo de *informação dada*.

Um conceito semi-ativo, por sua vez, é o que está na consciência periférica do falante (Chafe, 1987), que tem um conhecimento prévio dele, mas

não o está focalizando diretamente. Um conceito pode tornar-se semi-ativo de duas formas. Primeiramente, quando um conceito está ativo e depois sai do foco de consciência da pessoa, ele não vai direto para o estado inativo; durante algum tempo, ainda permanece no estado semi-ativo. Esse é o caso de conceitos já mencionados num determinado ponto do discurso, que só irão para o estado inativo se não forem mencionados novamente. A outra forma são os esquemas e *frames*. Quando se evoca um esquema ou um *frame*, tudo que está relacionado a eles entra no estado semi-ativo. Conceitos semi-ativos são chamados por Chafe de *informação acessível* e representam uma nova categoria na antiga oposição *informação nova* x *informação dada*.

Um conceito *inativo* é um conceito que está na memória de longo termo da pessoa, mas que não está sendo focalizado diretamente, nem está semi-ativo por ter sido mencionado anteriormente no discurso ou poder ser evocado por um esquema. Um conceito inativo é chamado por Chafe (1987) de *informação nova* e, para ser ativado, exige mais esforço cognitivo do que um conceito semi-ativo. As pausas entre as unidades de entoação resultam desse tempo que o falante consome para levar um conceito do estado inativo para o ativo. Resulta também dessa maior dificuldade em ser ativada uma restrição que limita a, no máximo, um o número de conceitos inativos por unidade de entoação. Para Chafe (1987:32), essa é a base cognitiva de uma unidade entonacional, “a expressão de um único foco de consciência”.

Modalidades de língua. Segundo Neves (1996), apesar de utilizarem uma mesma gramática, a língua oral e a língua escrita têm características diferentes e peculiares por divergirem quanto à função, às condições, ao processo de produção, às estratégias e ao acabamento formal.

As condições de produção dizem respeito à participação, ao tipo de realização e ao planejamento. Na fala, tem-se a participação de um interlocutor, ao passo que na escrita ele está ausente. A fala é realizada seqüencialmente no tempo real e a escrita é realizada globalmente. Ochs (1979) fala de quatro níveis de planejamento: discurso falado não planejado, discurso falado planejado, discurso escrito não planejado e discurso escrito planejado.

Com relação às estratégias de produção, pode-se dizer que a língua oral permite a alternância de turnos. O mesmo não ocorre na escrita, que é produzida linearmente no tempo.

No tocante ao processo de produção, pode-se dizer que a língua oral dificulta o controle contínuo do falante sobre os enunciados já produzidos. O registro gráfico da escrita, pelo contrário, é um grande facilitador desse controle.

Como este trabalho trata do fluxo de informação, é importante que se verifique como ele se dá nas duas modalidades de língua. Para isso, deve-se considerar que o conceito de *unidade de entoação* (cf. item 2.1) baseia-se em propriedades prosódicas da língua oral, como a entoação, o contorno, as pausas, etc. Em vista disso, alguém poderia pensar que a língua escrita estaria livre das restrições que ocasionam a ocorrência das unidades de entoação. Entretanto, Chafe (1985) diz que a maior parte dos materiais escritos apresenta segmentos semelhantes às unidades de entoação. Segundo ele, a delimitação desses segmentos é feita intuitivamente por quem escreve, numa tentativa de imitar os mesmos padrões de entoação que fixam os limites das unidades da língua falada.

Para Chafe (*ibid.*), há duas razões para o aparecimento dessas unidades na língua escrita. Em primeiro lugar, ela é historicamente secundária à língua oral, já que foi desenvolvida a partir de subsídios desta. Após seu desenvolvimento, muito poucas pessoas tiveram acesso a ela, e mesmo nos tempos atuais, em que grande parte da população mundial é alfabetizada, as pessoas passam mais tempo falando do que escrevendo. Portanto, é natural que as unidades da fala sejam intuitivamente transpostas para a escrita. Em segundo lugar, a existência dessas unidades na escrita ajuda consideravelmente a leitura. Um leitor tem muito mais facilidade para entender textos escritos nos quais a informação é apresentada como na fala.

Metodologia

Para a coleta do *corpus*, foram adotados alguns critérios. No caso das narrativas, optou-se por um material que apresentasse o menor número possível de discrepâncias, para que eventuais diferenças nos resultados não pudessem ser atribuídas à existência de diferentes tipos de textos no *corpus*. Para que os textos de todos os informantes fossem sobre um mesmo assunto e fossem semelhantes em aspectos como extensão, conteúdo, etc., decidiu-se que a coleta dos dados seria feita a partir da exibição de um vídeo com uma história que seria recontada pelos sujeitos da pesquisa (10 alunos do primeiro ano do curso de Letras). A opção pela narrativa proveio do fato de que, para a produção desse tipo de texto, o filme serviria como um *script* a ser seguido pelos informantes, o que permitiria a obtenção de um

corpus bastante homogêneo. Para se evitar que houvesse influência das falas do narrador ou de personagens sobre a maneira como os informantes formulariam lingüisticamente a história, a solução foi procurar um filme mudo, cuja seqüência de cenas fosse suficiente para a compreensão do seu enredo.

O vídeo escolhido foi “O pavão misterioso”, que se baseia em uma história do folclore nordestino de mesmo nome e que tem como personagens bonecos que representam seres humanos. Com duração de 9 minutos e 20 segundos, o enredo do filme tem como ponto de partida a chegada do protagonista à cidade onde acontecerão os fatos. Após conhecer o local e instalar-se num hotel, o rapaz vai a uma festa popular e conhece uma moça por quem se apaixona. Entretanto, o pai da moça proíbe o amor dos dois. O rapaz vai, então, a uma oficina e constrói uma aeronave em forma de pavão que utiliza para fugir da cidade com sua amada.

Logo após assistirem ao filme, os informantes contaram a história oralmente, gravando-a em fitas K-7. Em seguida, solicitou-se que a história fosse contada por escrito. Durante a redação, não foi permitido aos informantes ouvir a fita que haviam gravado, para que não houvesse influência do oral sobre o escrito.

Para a coleta dos textos conversacionais e dos textos dissertativos, utilizou-se o tema “privatização”. Primeiramente, pediu-se que os informantes (10 alunos do primeiro ano do curso de Letras) dessem sua opinião, diante de um gravador, a respeito do tema escolhido. Em seguida, solicitou-se que eles expusessem novamente seu ponto de vista a respeito do assunto, mas na modalidade escrita.

Os alunos só foram informados de que as entrevistas eram para uma pesquisa lingüística após a coleta dos dados, para que as gravações das entrevistas ocorressem da forma mais natural possível. A opção pelo tema privatização proveio do fato de que, na época da coleta dos dados, havia uma ampla discussão a respeito do assunto nas universidades estaduais do Paraná. Assim sendo, os informantes poderiam imaginar que a coleta dos dados serviria para alguma pesquisa de cunho político, e não lingüístico, não se preocupando em demasia com a forma, e falando de forma espontânea.

Resultados

Diferenças lingüísticas entre as narrativas orais, as narrativas escritas, as entrevistas orais e as dissertações escritas. Chafe (1985) apresenta algumas categorias em relação às quais as modalidades de língua oral e escrita divergem devido

a diferenças nos processos de falar e escrever. O *corpus* pesquisado por Chafe consiste de textos formais e informais, tanto orais quanto escritos. Algumas dessas categorias apontadas por Chafe, como mecanismos para expansão das unidades de idéia, integração das unidades de idéia em sentenças, inovação e conservadorismo, evidencialidade, são aplicadas ao *corpus* deste trabalho para que se possa determinar o grau de diferença (ou semelhança) entre as narrativas orais e as narrativas escritas aqui examinadas.

Mecanismos para expansão das unidades de idéia. Segundo Chafe (1985), as unidades de idéia da língua escrita são mais complexas e extensas do que as da língua oral. Os mecanismos utilizados com essa finalidade são a nominalização e o emprego de adjetivos atributivos.

Por meio da nominalização, verbos e adjetivos abstratos são transformados em nomes, como em "... vai ao encontro de José".

Tabela 1. Nominalizações

Narrativas orais	0,70%
Narrativas escritas	1,30%
Entrevistas orais	2,60%
Dissertações escritas	6%

Os dados da Tabela 1 confirmam a hipótese de Chafe. Em relação a todas as outras palavras do *corpus*, as nominalizações apresentam uma frequência duas a três vezes mais altas na modalidade escrita do que na modalidade oral.

No que diz respeito à tipologia, as entrevistas e dissertações apresentam uma frequência muito mais alta de nominalizações do que as narrativas. Pode-se explicar essa diferença devido ao fato de as entrevistas e dissertações desta pesquisa tratarem de um tema abstrato, a privatização, cuja discussão envolve toda uma terminologia abstrata, ao passo que as narrativas deste trabalho têm como foco elementos concretos, como os personagens da história.

Os adjetivos atributivos transformam predicções em modificações, como no seguinte exemplo: "... atrás de seu *grande* amor". Em oposição aos adjetivos atributivos, tem-se os adjetivos predicativos, como em "ela é *famosa* na cidade".

Tabela 2. Adjetivos atributivos e adjetivos predicativos

	Adjetivos atributivos	Adjetivos predicativos
Narrativas orais	62%	32%
Narrativas escritas	73%	27%
Entrevistas orais	58%	42%
Dissertações escritas	67,50%	32,50%

Assim como ocorreu com as nominalizações, os adjetivos atributivos apresentam uma frequência mais alta na modalidade escrita do que na oral.

No tocante à tipologia, observa-se que as narrativas escritas apresentam uma frequência mais alta de adjetivos atributivos do que as dissertações escritas, o mesmo ocorrendo com as narrativas orais em relação às entrevistas orais. Como as narrativas geralmente trazem descrições de lugares, personagens, estados, etc., é natural, portanto, que haja uma maior frequência de adjetivos atributivos nessa tipologia.

Integração das unidades de idéia em sentenças.

Para Chafe (1985), a língua oral é caracterizada por um arranjo simples das orações, pois um texto oral não dispõe do mesmo tempo e das mesmas condições de produção de um texto escrito. Ainda segundo Chafe (*ibid.*), a língua escrita apresenta um arranjo mais complexo de orações, como, o uso bem mais freqüente de subordinação.

Procurou-se verificar se isso ocorre no *corpus* desta pesquisa. Para esse fim, todas as orações foram quantificadas e agrupadas segundo as categorias *frase simples* e *frase complexa*. Nesta última, incluem-se a *parataxe*, a *integração* e a *hipotaxe*.

Segundo Halliday (1989), a *frase complexa*¹ é uma seqüência de orações, todas estruturalmente ligadas. Se duas orações, relacionadas entre si em uma *frase complexa*, tiverem estatutos iguais, formarão uma *estrutura paratática*. Se tiverem estatutos desiguais, formarão uma *estrutura hipotática*. Dessa forma, para Halliday (1985), na *parataxe*, as orações são independentes, não havendo modificação de uma pela outra. Já a *hipotaxe* se caracteriza por relações de dependência entre as orações e pela modificação formal de uma pela outra.

As orações adverbiais, que, segundo Chafe (1984), preparam a moldura para o conteúdo da outra oração, foram, na quantificação dos dados, incluídas na *hipotaxe*, por representarem um dos tipos de expansão semântica da oração, o *encarecimento* ou *realce* (*enhancement*, em inglês). Nesse processo, ocorrem operações nas quais uma oração modifica a outra, fazendo referência a tempo, modo, lugar, causa ou condição.

Pelo tipo de relação que estabelecem, as orações completivas e adjetivas restritivas foram agrupadas sob o rótulo *integração*, já que são tão dependentes de outra oração que podem ser consideradas integradas a ela.

¹ O termo utilizado por Halliday (1989) é *clause complex*.

Tabela 3. Frequência dos tipos de orações nas narrativas

	simples	parataxe	hipotaxe	integr.
Narrativas orais	1,70%	61%	13%	24%
Narrativas escritas	1%	55%	18%	26%
entrevistas orais	7%	26%	33%	32%
dissertações escritas	6%	24%	37%	35%

Como se pode observar pela tabela, essa hipótese de Chafe também se confirma no *corpus* da pesquisa, já que as formas mais simples de junção de orações (frase simples e parataxe) têm maior frequência na modalidade oral do que na escrita, ao passo que ocorre o contrário com as formas mais complexas de junção de orações: a hipotaxe e a integração têm maior frequência na modalidade escrita do que na oral. Segundo Chafe (1985), na escrita, podem-se produzir orações mais complexas devido a dois fatores: o maior tempo disponível para elaboração das orações e a editabilidade do processo de escrita.

Halliday (1989) levanta a hipótese de que a fala é mais complexa gramaticalmente e a escrita, mais densa lexicalmente. Segundo ele (*ibid.*), quanto mais orações por período e elos estruturais interoracionais tiver um texto, mais complexo será gramaticalmente, ao passo que será mais denso lexicalmente se tiver mais itens lexicais do que gramaticais. Chafe (1985) adota uma posição diferente. Para ele (*ibid.*), a escrita é tanto mais densa lexicalmente, quanto mais complexa gramaticalmente. Os dados apresentados nos itens 4.1.1 e 4.2.2 parecem confirmar a posição de Chafe, já que, nas narrativas e dissertações escritas, há um maior número de nominalizações, um maior uso dos adjetivos atributivos e uma maior frequência no uso de formas mais elaboradas de junção de orações do que nas narrativas e entrevistas orais.

No que diz respeito à tipologia, a hipotaxe e a integração têm frequência mais alta nas entrevistas e dissertações do que nas narrativas. A parataxe, por sua vez, tem maior frequência nas narrativas do que nos outros tipos de texto. A explicação para isso está relacionada à natureza dos textos utilizados no *corpus*. Nas narrativas, seqüências de ações geralmente são justapostas, o que favorece a parataxe. Nas entrevistas e nas dissertações, a orientação argumentativa favorece mecanismos mais complexos de junção de orações, como a hipotaxe e a integração.

Inovação e conservadorismo. Chafe (1985) diz que a língua oral, pelo fato de desaparecer assim que é produzida (a menos que seja gravada), está menos sujeita a normas do que a língua escrita. Dessa forma, para Chafe, a primeira é mais inovadora do que a segunda, e alguns aspectos dessa inovação

podem ser observados no uso de um vocabulário mais coloquial e de construções sintáticas ditas “erradas”, isto é, em desacordo com a norma culta.

Fez-se um levantamento no *corpus* desta pesquisa para que se pudesse determinar até que ponto os textos produzidos na modalidade oral apresentam mais aspectos inovadores do que os textos produzidos na modalidade escrita. Foram encontrados no *corpus* vários tipos de inovações, sendo a seleção vocabular (*cara x homem*), a redução fonética de elementos átonos (*né x não é*) e o emprego dos pronomes (*levou ela x levou-a*) os que apresentaram maior número de ocorrências, como pode ser observado na Tabela 4.

Tabela 4. Elementos inovadores

narrativas orais	93%
narrativas escritas	7%
entrevistas orais	96%
entrevistas escritas	4%

Os dados da Tabela 4 confirmam a hipótese de Chafe. A modalidade oral traz um número muito maior de inovações do que a modalidade escrita.

Evidencialidade. O termo *evidencialidade* é utilizado por Chafe (1985) para referir-se às possibilidades que uma língua tem para expressar as atitudes de quem fala ou escreve em relação ao conhecimento que está comunicando. Essas atitudes têm a ver com a confiabilidade do que é dito, com o tipo de dados nos quais o conhecimento se baseia e com a dúvida na utilização da expressão mais adequada para codificar linguisticamente um conteúdo.

Procurou-se verificar, no *corpus* desta pesquisa, como se manifesta a evidencialidade. Descobriu-se que a confiabilidade em relação à veracidade do que se está dizendo é expressa principalmente por meio de modalizadores, como *talvez*, *deve ser*, *acho que*.

Para indicar a fonte do conhecimento, os informantes recorrem basicamente a dois recursos. O primeiro consiste em indicar uma determinada conclusão baseada no sentido da visão, em especial pelo emprego do verbo *parecer*. O outro recurso consiste em fazer referência ao filme (no caso das narrativas) como a fonte da história que está sendo narrada.

Por último, muitos informantes também demonstram dúvidas a respeito da exatidão do termo empregado para se referir a algo. Essa dúvida é expressa por meio de palavras e expressões como **tipo**, **algo assim**.

Tabela 5. Evidencialidade

narrativas orais	69%
narrativas escritas	31%
entrevistas orais	83%
dissertações escritas	17%

Como se pode observar pela Tabela 5, na modalidade oral, encontram-se muito mais manifestações da evidencialidade do que na modalidade escrita. Chafe (1985) diz que a explicação para isso está ligada ao processo e às condições de produção de cada modalidade de língua. Segundo ele, quando se escreve, tem-se mais tempo disponível para se refletir a respeito do estatuto do conhecimento, podendo-se, inclusive, após algum tempo de reflexão, dirimir algumas das dúvidas existentes. Já quando se fala, presta-se muito mais atenção à experiência e à maneira como se usa a língua para expressar essa experiência. Esse envolvimento com o assunto é que ocasiona, na modalidade oral, uma maior manifestação da evidencialidade.

Pode-se observar, também, pela tabela, que a maior frequência de ocorrências da evidencialidade é encontrada nas entrevistas orais. Essa tipologia favorece a manifestação da evidencialidade por tratar de temas a respeito dos quais os informantes devem opinar. Para não serem categóricos em suas opiniões, esses informantes utilizam modalizadores do tipo *talvez, pode ser, acho que*.

Conclusões a respeito das diferenças lingüísticas entre as narrativas orais, as narrativas escritas, as entrevistas orais e as dissertações escritas. Pode-se observar, pelos dados obtidos até agora, que as diferentes características das modalidades de língua oral e escrita favorecem o surgimento de diferenças no *corpus*.

Os textos produzidos na modalidade escrita têm unidades de idéia mais complexas e extensas, pela maior frequência de utilização de mecanismos como a nominalização, emprego de adjetivos atributivos e formas mais complexas de junção de orações. Além disso, os textos produzidos nessa modalidade, como se esperava, são mais conservadores que os produzidos na modalidade oral. Estes, por serem caracterizados por um maior envolvimento do informante com o assunto, apresentam um maior número de ocorrências da evidencialidade.

A estrutura argumental preferida. A EAP é composta por quatro restrições, duas de ordem gramatical (um argumento lexical por oração e A não-lexical) e duas de ordem pragmática (um argumento novo por oração e A não-novo). A

configuração dos argumentos do verbo na EAP é a seguinte: o sujeito intransitivo (S) e o objeto transitivo (O) são tratados de uma mesma maneira, ao passo que o sujeito transitivo (A) é tratado de forma diferente (Dixon, 1979).

Nesta seção, são apresentados os dados obtidos a respeito de cada uma das restrições da EAP. Em seguida, são analisadas as diferenças encontradas em relação à modalidade de língua e ao tipo de texto.

Um argumento lexical por oração. Os dados apresentados na Tabela 6 confirmam a restrição de, no máximo, um argumento lexical por oração, tendo em vista que uma frequência muito baixa de orações apresenta dois argumentos lexicais.

Tabela 6. Número de argumentos lexicais por oração

	0	1	2
narrativas orais	58%	38%	4%
narrativas escritas	57%	38%	5%
entrevistas orais	70%	27%	3%
dissertações escritas	53%	41%	6%

A modalidade escrita, em geral, apresenta uma frequência um pouco mais alta de orações com um ou dois argumentos lexicais, fato que pode ser explicado pela maior capacidade de processamento mental de informação escrita, já que esta modalidade tem um processo de produção mais lento do que a modalidade oral (Chafe, 1985).

Deve-se ressaltar que as entrevistas orais apresentam uma distribuição um pouco diferente dos argumentos lexicais, tendo em vista a alta frequência de orações com nenhum argumento lexical. O caráter opinativo das entrevistas orais favorece a ocorrência de orações com pronomes de primeira pessoa ocupando a posição de argumento verbal (p. ex.: *eu acho que ...*). As narrativas, por serem centradas em diversos personagens humanos em terceira pessoa, favorecem as retomadas lexicais quando se alternam os personagens que funcionam como tema ou rema das orações.

Pode-se afirmar, portanto, que orações como as dos exemplos *a* e *b* são mais comuns do que orações como a do exemplo *c*.

- (a) Ø Chegou na cidade. / Ele chegou na cidade. (nenhum argumento lexical)
SN-Ø SN-pro
- (b) O estranho viajante chegou na cidade. (um argumento lexical)
SN-lex
- (c) O mecânico construiu o pavão voador. (dois argumentos lexicais)
SN-lex SN-lex

A não-lexical. A restrição do A não-lexical confirma-se no *corpus* da pesquisa, pois, conforme pode ser observado na Tabela 7, o argumento A é o menos utilizado na forma lexical.

Tabela 7. Ocorrências lexicais em cada argumento

	A	S	O
narrativas orais	16%	31%	53%
narrativas escritas	19%	27%	54%
entrevistas orais	19%	31%	49%
dissertações escritas	19%	30%	51%

Na modalidade escrita, os argumentos *A* e *O* apresentam uma frequência um pouco mais alta de ocorrências lexicais do que na modalidade oral. O argumento *S*, por sua vez, tem frequência mais alta de ocorrências lexicais na modalidade oral do que na modalidade escrita. Isso se deve ao fato de a escrita permitir um maior processamento mental da informação (Chafe, 1985), ou seja, na escrita são mais comuns orações com verbos de dois argumentos do que na fala.

Assim, pode-se dizer que, no *corpus* da pesquisa, são mais comuns orações como as dos exemplos *a* e *b* do que como a oração do exemplo *c*.

(a) O estranho viajante chegou na cidade.

S-lex

(b) Ele construiu o pavão voador.

O-lex

(c) O mecânico construiu o pavão voador.

A-lex

O-lex

Um argumento novo por oração. A restrição de, no máximo, um argumento novo por oração é confirmada no *corpus* desta pesquisa. Como se pode observar na Tabela 8, não há nenhuma ocorrência de oração com dois argumentos novos. Pelo contrário, a maior parte das orações não apresenta nenhum argumento novo.

Tabela 8. Número de argumentos novos por oração

	0	1	2
narrativas orais	86%	14%	0%
narrativas escritas	82%	18%	0%
entrevistas orais	89%	11%	0%
dissertações escritas	82%	18%	0%

Deve-se ressaltar que na modalidade escrita, há uma maior frequência de orações com um argumento novo do que na modalidade oral, o que demonstra, mais uma vez, a maior capacidade de processamento mental da informação na modalidade escrita (Chafe, 1985).

Pode-se dizer, dessa forma, que orações como as dos exemplos *a* e *b* são mais comuns do que orações como a do exemplo *c*.

(a) O estranho viajante chegou na cidade. (um argumento novo)

SN-novo

(b) Ele construiu o pavão voador. (um argumento novo)

SN-novo

(c) O mecânico construiu o pavão voador. (dois argumentos novos)

SN-novo

SN-novo

A **não-novo**. A restrição do *A* não-novo também se confirma no *corpus* da pesquisa. Como pode ser observado na Tabela 9, o argumento *A* é o menos utilizado na introdução de informação nova.

Tabela 9. Ocorrências novas em cada argumento

	A	S	O
narrativas orais	5%	25%	71%
narrativas escritas	7%	29%	64%
entrevistas orais	10%	39%	51%
dissertações escritas	11%	17%	72%

Com base nos dados da tabela, pode-se dizer que, no *corpus* da pesquisa, são mais comuns orações como as dos exemplos *a* e *b* do que orações como a do exemplo *c*.

(a) O estranho viajante chegou na cidade.

S-novo

(b) Ele construiu o pavão voador.

O-novo

(c) O mecânico construiu o pavão voador.

A-novo

O-novo

Um dado que chama a atenção na Tabela 9 é a grande diferença entre as frequências do argumento *S* nas entrevistas orais e nas dissertações escritas. Pode-se explicar a alta frequência de ocorrências novas do argumento *S* nas entrevistas orais por esses textos representarem o discurso oral sem planejamento prévio. A introdução de informação nova pelo argumento *S* exige muito menos esforço cognitivo do que pelos argumentos *A* e *O*, pois o verbo apresenta apenas um argumento. Por outro lado, nas dissertações escritas, o argumento *S* foi muito menos utilizado para introdução de informação nova, porque a escrita, que tem um processo de produção mais lento, facilitando o processamento da informação, permite que sejam utilizados meios mais complexos para apresentar informação nova no discurso.

Outros fatores que estão ligados a essa disparidade de frequências do argumento **S** nas entrevistas orais e nas dissertações escritas são a continuidade tópica e a classe semântica inerente aos referentes.

Tabela 10. Classe semântica dos referentes

		narrativas orais	narrativas escritas	entrevistas orais	dissertações escritas
S	[+ hum]	39%	37%	26%	22%
	[+ inan]	15%	22%	41%	43%
A	[+ hum]	42%	43%	73%	73%
	[+ inan]	8%	3%	11%	13%
O	[+ hum]	19%	20%	1%	5%
	[+ inan]	78%	75%	48%	44%

Em todos os tipos de texto, o argumento *A* apresenta uma frequência mais alta de referentes humanos do que de referentes inanimados. O

argumento *O* apresenta, em todos os tipos de texto, uma frequência mais alta de referentes inanimados do que de referentes humanos. O argumento *S*, por sua vez, apresenta diferenças no que diz respeito à tipologia. Enquanto nas narrativas o argumento *S* apresenta uma maior frequência de referentes humanos do que de referentes inanimados, nas entrevistas e nas dissertações, ocorre o contrário: há uma maior frequência de referentes inanimados do que de referentes humanos. Essa diferença está ligada à natureza dos textos utilizados nesta pesquisa. Enquanto as entrevistas e as dissertações estão centradas em temas abstratos, as narrativas têm personagens concretas como foco. Nas narrativas do *corpus* deste estudo, esses personagens são humanos e, segundo Du Bois (1987), referentes humanos tendem a ocupar papel central nas narrativas, aparecendo, portanto, como *S* ou *A*, ao passo que referentes inanimados, que têm passagem efêmera pela narrativa, são introduzidos pelo argumento *O*. Para que se evite que haja mais de um argumento novo em uma oração, o argumento *A* é responsável pela retomada dos referentes humanos, que são introduzidos na narrativa pelo argumento *S*.

Conclusões a respeito das diferenças no funcionamento da EAP entre as narrativas orais, as narrativas escritas, as entrevistas orais e as dissertações escritas. Os textos produzidos na modalidade escrita apresentam, em geral, uma maior frequência de argumentos lexicais e de argumentos novos do que os textos produzidos na modalidade oral. Segundo Du Bois (1987), no discurso oral não planejado, introduzir um argumento com um referente novo é uma atividade que exige do falante uma quantidade excessiva de atenção. No discurso escrito planejado, que não foi pesquisado por Du Bois (1987), introduzir um argumento com um referente novo parece não exigir tanto esforço cognitivo. A explicação para isso está ligada ao processo de produção da escrita, que, segundo Chafe (1985), é mais lento que o da fala, permitindo que se processe uma maior quantidade de informações ao mesmo tempo.

O conceito de pressão informativa ajuda a explicar a maior frequência de argumentos novos na modalidade escrita do que na modalidade oral. Segundo Du Bois (1987), a pressão informativa é a proporção de referentes novos introduzidos por oração. Para se obter o quociente da pressão informativa (QPI), divide-se o número de referentes novos pelo número de orações. Na Tabela 11, são apresentados o número total de orações, o número de referentes novos e o QPI dos textos do *corpus* desta pesquisa.

Tabela 11. Pressão informativa

	narrativas orais	narrativas escritas	entrevistas orais	dissertações escritas
Total de orações	885	636	296	132
Referentes novos	86	76	23	18
QPI	0,097	0,119	0,077	0,136

O QPI de 0,097 das narrativas orais representa a introdução de um referente novo a cada dez orações e o QPI de 0,077 das entrevistas orais, por sua vez, representa a introdução de um referente novo a cada treze orações. Por outro lado, o QPI de 0,119 das narrativas escritas representa a introdução de um referente novo a cada oito orações e o QPI de 0,136 das dissertações escritas representa a introdução de um referente novo a cada 7 orações. Portanto, realmente introduz-se mais informação nova por oração na modalidade escrita do que na modalidade oral.

A maior frequência de argumentos lexicais na modalidade escrita do que na modalidade oral está ligada à introdução de argumentos novos. Segundo Du Bois (1987), a informação nova é introduzida lexicalmente. Sendo assim, se na escrita há uma maior proporção de informação nova, também deve haver uma maior proporção de argumentos lexicais para que essa quantidade de informação possa ser introduzida.

Referências bibliográficas

- Ashby, W.J.; Bentivoglio, P. Preferred argument structure in spoken French and Spanish. *Language Variation and Change*, 5:77-90, 1993.
- Brito, C.M.C. *A transitividade verbal na língua portuguesa*. Araraquara, 1996. (Doctoral Thesis).
- Camacho, R.G. O papel da estrutura argumental na variação de perspectiva. In: Koch, I.V. (org.) *Gramática do português falado: desenvolvimentos*. Campinas: Unicamp, 1996. v. 6, p. 253-274.
- Chafe, W. *The pear stories*. Norwood: Ablex, 1980.
- Chafe, W. How people use adverbial clauses. *Annual Meeting of the Berkeley Linguistic Society*, 10:437-449, 1984.
- Chafe, W. Linguistic differences produced by differences between speaking and writing. In: Olson, D.R. et al. (eds). *Literacy, language and learning: the nature and consequences of reading and writing*. Cambridge: Cambridge University Press, 1985.
- Chafe, W. Cognitive constraints on information flow. In: Tomlin, R. *Coherence and grounding in discourse*. Amsterdam/Philadelphia: J. Benjamins, 1987.
- Chafe, W. Linking intonation units in spoken English. In: Haiman, J.; Thompson, S. *Clause combining in grammar and discourse*. Amsterdam/Philadelphia: J. Benjamins, 1988.
- Chafe, W. The flow of ideas in a sample of written language. In: Mann, W.C.; Thompson, S.A. (eds.)

- Discourse description: diverse linguistic analyses of a fund-raising text.* Amsterdam/Philadelphia: J. Benjamins, 1992.
- Chafe, W. *Discourse, consciousness and time: the flow and displacement of conscious experience in speaking and writing.* Chicago: University of Chicago Press, 1994.
- Danes, F. De la structure sémantique et thématique du message. *Travaux*, 5:177-200, 1978.
- Dik, C.S. *The theory of functional grammar.* Dordrecht: Foris, 1989.
- Dixon, R.M.W. Ergativity. *Language*, 55:59-138, 1979.
- Du Bois, J.W. Beyond definiteness: the trace of identity in discourse. In: Chafe, W. (ed.). *The pear stories.* Norwood: Ablex, 1980, p. 203-274.
- Du Bois, J.W. Competing motivations. In: Haiman, J. (ed.) *Iconicity in syntax.* Amsterdam/Philadelphia: J. Benjamins, 1985.
- Du Bois, J.W. The discourse basis of ergativity. *Language*, 63:805-855, 1987.
- Du Bois, J.W. Discourse and the ecology of grammar: Strategy, Grammaticization, and The Locus. Rice Symposium, MS, University of California: Santa Barbara, 1993a.
- Du Bois, J.W. La estructura argumental preferida y el cero absoluto. ALFAL, MS: Veracruz, 1993b.
- Du Bois, J. W.; Thompson, S. *Dimensions of a theory of information flow.* MS, University of California: Santa Barbara, 1991.
- Dutra, R. The hybrid S-category in brazilian portuguese: some implications for word order. *Studies in language*, 11:163-180, 1987.
- Fleischman, S.; Waugh, L.R. *Discourse pragmatics and the verb.* London: Routledge, 1991.
- Fronck, J. Some criticisms of halliday's information systems. *Lingua*, 60:311-329, 1983.
- Halliday, M.A.K. *Spoken and written language.* 2. ed. Oxford: Oxford University Press, 1989.
- Neves, M.H.M. *A estrutura argumental preferida em inquéritos do NURC*, 1994. Mimeo.
- Neves, M.H.M. Reflexões sobre a investigação gramatical: projeto GPF - grupo Sintaxe I. In: *Atas do 1º Congresso Internacional da Abralín.* Salvador: Abralín - Finep - UFBA, 1996.
- Ochs, E. Planned and unplanned discourse. In: Givón, T. (ed.). *Discourse and syntax.* New York: Academic Press, 1979.
- Pezatti, E. G. Estrutura argumental e fluxo de informação. In: Koch, I.V. (org.) *Gramática do português falado: desenvolvimentos.* Campinas: Unicamp, 1996. v. 6, p. 275-299.
- Preti, D.(org.) *Análise de textos orais.* S. Paulo: FFLCH / USP, 1993.
- Prince, H. Toward a taxonomy of given-new information. In: Cole, P. (ed.) *Radical pragmatics.* New York: Academic Press, 1981.
- Prince, H. The ZPG letter: subjects, definiteness, and information-status. In: Mann, W.C; Thompson, S.A. (eds.) *Discourse description: diverse linguistic analyses of a fund-raising text.* Amsterdam/Philadelphia: J. Benjamins, 1992.

Received on July 06, 1999.

Accepted on August 18, 1999.